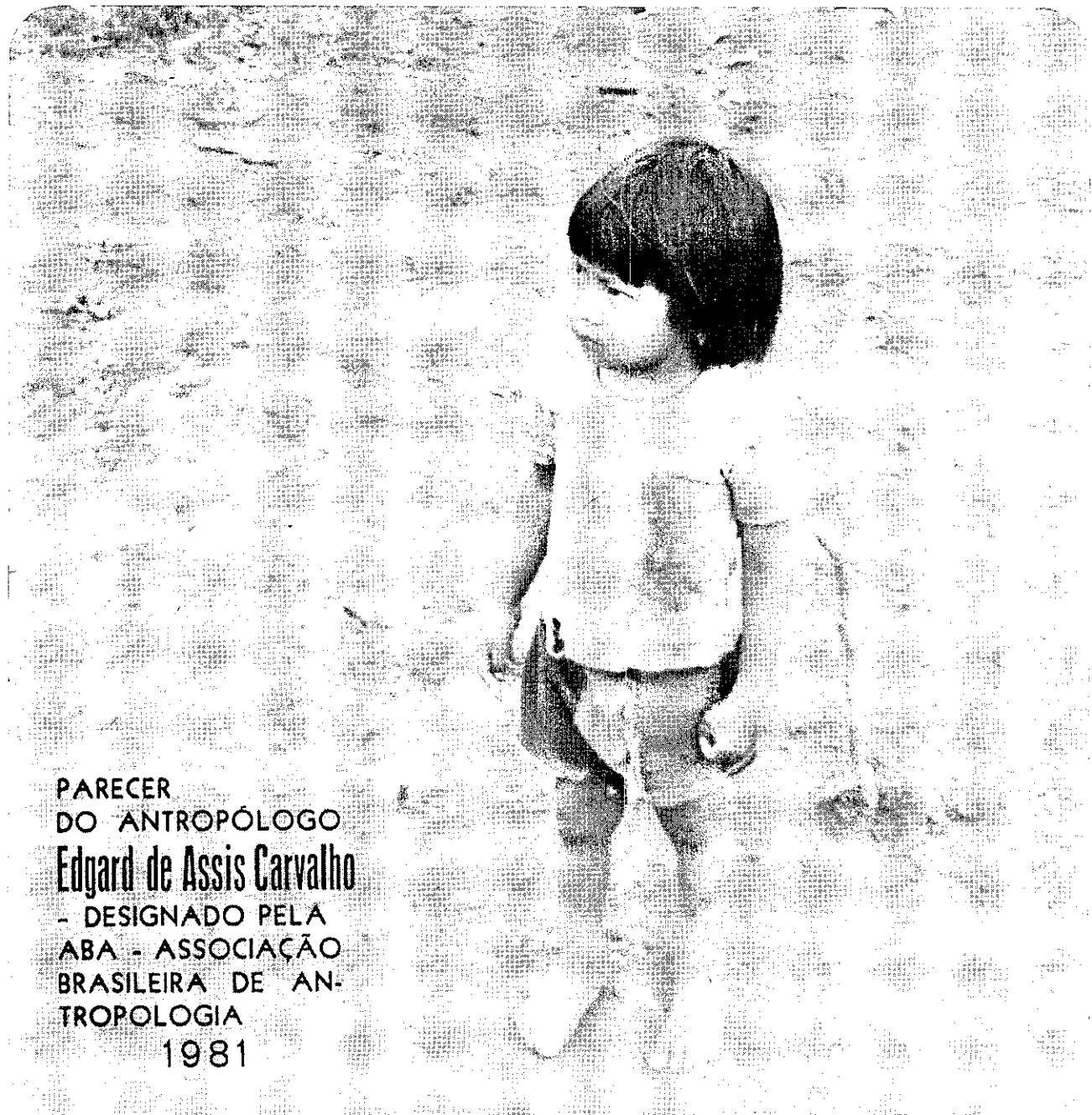


# AVÁ GUARANI DO OCOÍ-JACUTINGA

CEDI - P. I. B.  
DATA 13, 08, 86  
COD. GN/DDG



PARECER  
DO ANTROPÓLOGO  
**Edgard de Assis Carvalho**  
- DESIGNADO PELA  
ABA - ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE AN-  
TROPOLOGIA  
1981

# AVA GUARANI

## DO OCOÍ-JACUTINGA

MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

### **PARECER**

DO ANTROPÓLOGO DESIGNADO PELA ABA

**EDGARD DE ASSIS CARVALHO**

PUBLICAÇÃO: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO  
CIMI REGIONAL SUL

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO  
ANAÍ - PR

COM FOTOS E MAPAS ANEXOS

1981

## 1. Introdução.

Após a expulsão definitiva dos jesuítas do Brasil em 1768, os índios guarani que viviam no território das Missões dividiram-se em dois grandes grupos: um fundiu-se com a população rural da região ou emigrou para o Paraguai; outro procurou atingir a mata, juntando-se aos guarani que ainda se encontravam em situação de relativa independência. Os que ficaram presenciaram um conjunto de compulsões econômicas e sócio-culturais que provocaram a ruptura da unidade tribal, experimentando um processo de desintegração cultural sem paralelo. Aqueles que haviam conseguido escapar da fúria colonizadora e da ação jesuítica passaram a receber a denominação genérica de “gente da floresta” (cainguaás), dada a inacessibilidade do território em que permaneciam. Segundo Helène Clastres, “descendem dos cainguaás, provavelmente os três grupos guarani — mbiá (Mbüa ou Mbyá), chiripá e paim — que vivem no Paraguai de hoje”.(1) No Brasil meridional, dividem-se em três grandes subgrupos, segundo Egon Schaden(2): os Ñandéva, os Mbyá e os Kayová, marcados não apenas por diferenças lingüísticas, mas também por diferenças culturais, resultantes talvez das sucessivas migrações que empreenderam sob a liderança de pajés que procuravam atingir a “Terra sem Males”, local onde presumivelmente poderiam recuperar a liberdade que lhes havia sido retirada historicamente.

Em deslocamentos sucessivos por todo o século 19 e meados do século atual, foram-se espalhando pelos atuais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e essa dispersão se encontra ligada a um conjunto de causas múltiplas que podem genericamente ser atribuídas às condições espoliadoras que caracterizam a sociedade nacional.

Em síntese, quatro séculos de dominação foram os responsáveis pelos efeitos desintegrativos gerais que acabariam por projetar a nação guarani em um conjunto de pequenos núcleos localizados em reservas ou mesmo em aldeias fora delas em que compartilham de um estilo de vida pautado pela natureza de contato estabelecido com a sociedade envolvente.

Em sua pesquisa de 1954, Schaden apontava doze aldeias visitadas: Bananal, Itariri, Rio Branco, Araribá no estado de São Paulo; Palmeirinha, no Paraná; Limeira em Santa Catarina; Dourados, Panambi, Teicué, Amambai, Taquapiri, Jacareí no sul do então estado do Mato Grosso.(3) O levantamento levado a efeito pelo CEDI, publicado em abril de 81, relaciona apenas 11 áreas guarani na região sul, não levando em conta, naturalmente, a existência de grupos que não estejam diretamente vinculados à tutela da Fundação Nacional do Índio.(4)

Sem dúvida, a área guarani possui amplitude maior, pois há postos que combinam uma ou mais etnias, fato esse que ocorre em todos os estados do Sul do País. Mesmo assim, o levantamento da população indígena dessa região feito pelo CIMI-Sul em 1980 registra um total de vinte e sete áreas guarani. Dessas, dezessete são exclusivamente guarani e as demais combinam-se com etnias Kaingang, Xokleng e outras não especificadas no referido trabalho, perfazendo total de 1.635 Guarani/Mbyá e 453 Guarani/Ñandéva.(5)

Nesse contexto crítico que espelha a dominação multissecular a que foram submetidas as populações indígenas brasileiras, a nação guarani, outrora espreada em grandes extensões do Uruguai, Argentina e Paraguai se vê reduzida, no Brasil meridional, a um número aproximado de 2.088 índios que garantem a reprodução de suas condições de vida como trabalhadores temporários em estabelecimentos agrícolas capitalistas ou em poucas lavouras de subsistência localizadas no interior de Reservas ou em aldeias que não recebem nenhuma assistência da FUNAI. O espaço que lhes é reservado, portanto, ao exercício de práticas sócio-culturais que sejam capazes de repor a dignidade histórica de que foram portadores, só será restabelecido com a negação das condições adversas que hoje experimentam e com a reposição das funções que o Estado deve realmente desempenhar na salvaguarda dos interesses nacionais.

## 2. O Contexto Histórico.

A especificidade guarani só poderá ser compreendida na medida em que a reconstrução de sua trajetória histórica possa ser completada. Trata-se de um empreendimento que, sem dúvida, implica num amplo processo de pesquisa que envolve desde relatos de viajantes, arquivos, relatórios, levantamentos etnológicos, arqueológicos, etc. Como fontes disponíveis, além do Handbook of South American Indians, há as bibliografias do Behavior Science Bibliographies na parte referente à América do Sul (1963) e a de Bartolomeu Meliá (1977). Dessas amplas bibliografias, constam os trabalhos já clássicos de Curt Nimuendaju, Alfred Métraux, Branislava Susnik, Herbert Baldus, Juan Ambrosetti, João Pedro e Gay e muitos outros que, certamente, permitem avaliar a magnitude da questão guarani.

Em toda a literatura etno-histórica, parece claro que grande parte dos grupos indígenas encontrados pelos colonizadores na área da bacia Platina, no século 16, podem ser caracterizados, do ponto de vista lingüístico como pertencentes a dialetos do idioma guarani. Nesse século, os guarani se espalhavam por uma extensa área que se estendia

de Cananéia ao Rio Grande do Sul e daí, para o interior, até os rios Paraná, Uruguai e Paraguai.

H. Clastres afirma que “da confluência entre o Paraguai e o Paraná, as aldeias indígenas distribuíam-se ao largo de toda a margem oriental do Paraguai e pelas duas margens do Paraná. Seu território era limitado ao Norte pelo rio Tietê, ao Oeste pelo rio Paraguai”.(6) Na verdade, esse território, ainda desconhecido, era jurisdição da então Província do Paraguai, que abrangia os atuais estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o atual Mato Grosso do Sul (antiga Província do Itatim), assim como Uruguai e Argentina. A fundação de Assunção em 1537, a chegada dos jesuítas, e a instalação das Missões já no século 17 iriam balizar o perfil da nação guarani para a história futura.

B. Susnik, em “Los Aborígenes del Paraguay”, procura dar uma caracterização bastante precisa das comunidades guarani da época colonial. Segundo a autora, os guarani nunca formaram núcleos sociais que exigissem uma superprodução econômica e uma estrutura sócio-política própria. Caracterizava-os uma espécie de exclusivismo comunitário, regionalmente constituído, adaptado às disponibilidades do sistema de conjunções interétnicas. “A célula comunitária básica dos guarani identifica-se com os “Teyy” ou “Te’yi”, linhagem, grupo macrofamiliar unido pelo parentesco”.(7) Embora as casas comunais pudessem abrigar de dez a sessenta famílias, segundo Susnik, unidades sociolocais menores poderiam ser constituídas, desde que os vínculos comunitários pudessem ser mantidos e reproduzidos.

Pelos documentos do século 16, várias províncias guarani já eram mencionadas. A tática da prática colonial residia na identificação das áreas indígenas mais compactamente povoadas para que a exploração econômica pudesse ser efetivada de modo mais eficaz. É interessante reter que, já no século 16, um dos núcleos guarani mais povoados é o de Iguazu, localizado na confluência dos rios Iguazu e Paraná. “Os iguaçuenses representavam uma verdadeira ramificação fluvial por todo o rio Paraná, ... o ethos de avá-eté (senhor resplandecente) significava uma reafirmação sociotribal, complementada pela presença do “carai” (senhor) andante iguaçuense nos vizinhos “Guára” (8) Além disso, possuíam domínio de toda a área fluvial, circunstância que facilitava os deslocamentos sucessivos que empreendiam.

Com a implantação das Missões em inícios do século 17, as referências à área permanecem. Guillermo Furlong, por exemplo, em “Misiones y sus pueblos de Guaraníes” faz referências explícitas à fundação de Santa Maria la Mayor em 1626, anteriormente chamada de Santa Maria de Iguazu “no ponto onde o rio Iguazu, passadas as célebres cataratas, desemboca suas espumosas águas no rio Paraná.”(9) O padre José Sanchez Labrador também escreve que “na margem ocidental de Iguazu, entre o salto e o Paraná, se fundou a Redução de Nossa Senhora das Neves ou Santa Maria la Mayor”.(10)

Furlong foi, ainda, o autor da Cartografia Jesuítica do Rio da Prata onde enumera todas as Missões do Rio Paraná e Uruguai: Santo Ignácio-Iguazu, Santa Rosa, Nossa Senhora da Fé, São Tiago, São Cosme. A referência a Santo-Ignácio Iguazu (Guazu) é mais explícita no trabalho de C. Lugon, “A república comunista cristã dos Guaraníes”, como uma das primeiras reduções fundadas entre os rios Paraná e Paraguai, em 1611 ou 1612. A partir dessa data, novos padres tiveram que vir em auxílio dos já existentes “que não podia já bastar ao número prodigioso de guarani que vinham colocar-se sob sua administração”.(11)

As fontes históricas poderiam ser multiplicadas para demonstrar que a nação guarani constituía a base indígena na qual a ação jesuítica iria se constituir de modo inequívoco. João Pedro Gay, por exemplo, em sua “História da República Jesuítica do Paraguai”, fornece um perfil dos índios guarani que ainda permanece identificável nos dias atuais. Ao se referir a sua organização social, Gay afirma que não constituíam unidade étnica sólida, mas unicamente grupos de tribos ou de famílias designadas pelo nome do lugar em que viviam e que antes de serem doutrinados pelos jesuítas eram, em geral, nômades, embora essencialmente agrícolas, em contraposição à maioria dos caçadores-coletores da área chaquenha.

Aliás, a característica da dispersão guarani parece ser uma constante em todo o material historiográfico consultado. Efraim Cardoso, em sua notável “Historiografía Paraguaya”, empresta ênfase à característica da dispersão, mas ressaltando que as diversas parciais guaranis estavam unidas por uma significativa homogeneidade sócio-cultural, fato esse atestado desde o século 16 pelo cronista Alvar Nunes Cabeza de Vaca.

Mas não resta dúvida que trabalho de J. B. Ambrosetti sobre os Caingá do alto Paraná, ao qual se somam os relatos das viagens que empreendeu, principalmente o da segunda, intitulada “Segundo viaje a Misiones por el alto Paraná e Iguazú”, publicados em 1892/94 delineiam aspectos étnico-culturais fundamentais para o conhecimento do grupo. Mesmo que sejam basicamente etnográficos e que pretendam abarcar a dinâmica cultural como um todo, abrangendo desde caracteres fisiológicos, música, cerâmica, práticas agrícolas, tecelagem, padrões artísticos até condições de saúde e características das relações de amizade, mais uma vez aparecem referências explícitas à área indígena hoje localizada em Foz do Iguazu como território ocupado tradicionalmente pela etnia guarani.



Em seu relato da segunda viagem, Ambrosetti se refere à área da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, então dependente da Comissão Estratégica de Guarapuava e pertencente ao estado do Paraná. Em seu trabalho de 1884 sobre os Caingua, afirma que a dispersão geográfica do grupo era bastante grande e lança uma estimativa populacional de 10 a 20 mil índios. Afirma, ainda, que a expedição chegou a encontrar muitos indígenas isolados na área da Colônia Militar de Iguaçu: “estes últimos tinham o nome de Catanduvás, nome do lugar em que vivem, situado em território brasileiro, a 30 léguas, ou 50 quilômetros, para o interior da referida Colônia”. (12)

Pelos dados apresentados, pode-se inferir que essa Comissão Estratégica deve ter espalhado o medo e o pânico entre as populações indígenas, pois a expedição de Ambrosetti constatou um número significativo de choças abandonadas e a fuga de índios para áreas mais resguardadas do contacto com o branco. A verdade é que a expedição penetrou por rios, córregos e parece ter efetivado um levantamento bastante completo da região, tanto do lado paraguaio quanto do brasileiro. Há, inclusive, referências ao arroio Ocoí, localizado depois da corredeira de Itucubá, como uma das muitas áreas onde a existência de famílias de índios pode ser observada.

Esse conjunto de dados, ainda que devam ser entendidos como introdutórios para uma reconstrução possível da história cultural dos guarani, fornecem fortes indicadores da magnitude do território missioneiro, do monopólio que a ação jesuítica e, mais tarde, a própria sociedade nacional devem ter exercido sobre fortes contingentes da força de trabalho indígena e sobre o processo de degradação cultural ao qual foram condenadas as etnias nativas.

### 3. O Contexto Paranaense.

A questão guarani no estado do Paraná só pode ser entendida e explicada no contexto mais amplo das constantes históricas anteriormente apontadas. Nesse sentido, o acesso às fontes secundárias adquire prioridade inquestionável para apontar os movimentos, recuos e mesmo resistências que os índios puderam desenvolver enquanto minoria nacional.

Não só o Paraná indígena, mas todos os índios do Sul do País já foram classificados como índios integrados, ou nas palavras definitivas de Darcy Ribeiro como aqueles que “tendo experimentado todas as compulsões... e conseguido sobreviver, chegaram ao século XX ilhados em meio à população nacional, a cuja vida econômica se haviam incorporado como reserva de mão-de-obra ou como produtores especializados de certos artigos para comércio. Estavam confinados em parcelas do antigo território ou, despojados de suas terras, perambulavam de um lugar para outro, sempre escorraçados” (13)

Recuando no tempo, poder-se-ia afirmar que a expansão colonizadora paulista e o declínio das reduções ocasionaram novos deslocamentos populacionais dos índios para outros territórios, novas especificidades culturais, novas articulações inter-étnicas.

Antropólogos que analisaram o problema indígena no Estado, como Cecília Maria Helm e Maria Ligia Pires mostram de modo bastante claro as conseqüências decorrentes da conquista de Guarapuava e a repressão que o Império levou às populações indígenas da região. Toda a política indigenista do século 19 procurou estabelecer as bases neutralizadoras para a resistência que, porventura, viesse a ocorrer, dado que o avanço das frentes de expansão se configura como irreversível.

Se os índios lutavam obstinadamente para fugir dos colonos, “estes por sua vez solicitavam providências do governo no sentido de dar uma solução ao problema indígena, pois se sentiam “ameaçados” sabendo da existência de grupos ainda hostis nos arredores. O governo, para atendê-los, resolveu reunir os índios em aldeamentos, criando reservas que tinham um duplo objetivo: proteger os colonos de ataques de índios e incutir nos silvícolas os “hábitos da civilização cristã”. (14) Em suma, generalizam-se as técnicas de repressão, e com elas as modalidades gerais da dominação social que iriam minar para sempre as bases reais da identidade étnica e cultural dos grupos indígenas do Sul do País.

Dentre os que procuraram pelo menos descrever o problema, o trabalho de Telemaco Borba, “Atualidade indígena”, procura destacar as condições em que viviam os índios desde 1863, referindo-se àqueles que ainda vagam pelos sertões dos rios Piquiry baixo, Ivaí (Ivahy) e Iguaçu (Iguassú) como índios que ainda não conseguiram ser domesticados. (15) O trabalho permite entrever que o processo civilizatório já se instalara de forma definitiva, dado que a política integratória era o objetivo maior que deveria ser conseguido a qualquer preço. Para isso, a construção de estradas, a ampliação das comunicações e as colônias militares vão não só representar as linhas de frente daquele processo, como irão zelar pelos interesses da segurança da Nação.

Sem dúvida, a fundação da Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná em 1888, e da Colônia Militar de Foz do Iguaçu se enquadravam nesses objetivos prioritários. Os relatórios dos chefes da Comissão de Estradas sempre

se referem à presença de índios na área. Sebastião Paraná, em sua “Corografia do Paraná”, faz referência a um desses relatórios identificando os índios ali localizados como os últimos remanescentes dos cabeludos, povoadores dos campos ao lado do rio Iguaçu e inimigos tradicionais dos guarani, de quem provavelmente haviam adotado os hábitos agrícolas regulares.

Por outro lado, José Maria de Brito, integrante da mesma expedição, em trabalho publicado no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense faz referências a que “em princípios de 1891, ... foi requisitado pelo Chefe da Comissão para se encarregar da catechese dos Índios Guarany, que a turma de exploração havia encontrado ao lado da picada. Selvagens estes que o mesmo chefe empenhava-se para chamar ao centro da civilização”. (16). Mais adiante, afirma que “os referidos Guarany não fallavam mais o seu idioma primitivo, sim um dialéto corrupção deste idioma, tanto assim que o chefe da comissão e outras pessoas entendidas denominaram-n’os de Cayuás, ou cabeludos, por terem os cabellos compridos como o das mulheres”. (17) O que parece claro é que o trabalho do sargento Brito foi mesmo desenvolvido junto aos guarani, na região dos campos ao norte do rio Iguaçu, entre Guaruuva e a Foz do Iguaçu.

Romário Martins, em sua “História do Paraná” identifica como Cheripá uma zona que se estende da margem direita do rio Paraná à foz do Piquiri e ao Iguaçu (Iguassu), o que mais uma vez corrobora a hipótese da presença imemorial dos guarani na área. Mas, indubitavelmente, a comprovação arqueológica assume extrema relevância para a comprovação da presença indígena e aqui cabe ressaltar alguns resultados parciais obtidos pelo Projeto Arqueológico Itaipu, coordenado pelo professor Igor Chmyz, da Universidade Federal do Paraná. Embora o convênio celebrado entre a Itaipu Binacional e o MEC tenha sido iniciado em 75 e preveja um total de sete relatórios, dos quais quatro já publicados, há indicações de que as fases pré-cerâmicas e cerâmicas localizadas entre as prospecções do baixo rio Iguaçu e porções adjacentes do rio Paraná pertencem à tradição tupi-guarani, para um total de vinte sítios arqueológicos pesquisados. O quarto relatório publicado em 1979 refere-se às prospecções efetuadas em ambas as margens do rio Ocoí, onde foram localizados 15 sítios arqueológicos e revistos 4. Segundo os dados do relatório, foram analisadas 23.639 peças líticas, cerâmicas, ósseas, conchíferas, vítreas, metálicas e de resina. Em todos os sítios cerâmicos encontrados, a tradição tupi-guarani permanece, sendo que em alguns a tradição ainda permanece sem denominação ou não existe filiação já consagrada. Embora os relatórios sejam extremamente técnicos e o projeto ainda não esteja concluído, as evidências parecem refletir a presença indígena e a existência de uma cultura material bastante significativa.

Portanto, a identidade guarani no Estado do Paraná não pode estar circunscrita apenas àquelas populações que se encontram em reservas que teoricamente recebem a proteção do Estado, distribuídas principalmente pelos postos indígenas de Laranjinha, Barão de Antonina, Rio das Cobras e Mangueirinha. Em 1975, a população guarani presente nos 4 Postos perfazia um total de 381 índios, segundo pesquisa de Maria Lígia Pires. Em 1980, pelo levantamento efetuado pelo CIMI-Sul, esse total atingia 870 guarani assim distribuídos: 90 em Laranjinha, 370 em Rio das Cobras, 350 em Mangueirinha, não havendo dados para Barão de Antonina. Nessa mesma época, o CIMI-Sul aponta a existência de mais 60 índios guarani, localizados na aldeia de Rio da Areia, no município de Inácio Martins.

A questão guarani no Paraná deverá necessariamente incluir o grupo localizado nas proximidades da foz do rio Ocoí, cujos problemas vêm adquirindo contornos mais nítidos a partir de 1975, quando o projeto integrado de colonização do INCRA passou a exigir a desocupação da área sob pena de despejo imediato. Desde então, a mobilização dos habitantes indígenas da área não surtiu efeitos positivos, ainda que associações civis que apóiam suas reivindicações e mesmo partidos políticos de oposição tenham procurado interferir junto aos aparelhos do Estado no sentido de garantir o direito à terra, previsto constitucionalmente.

Pesquisas em jornais bem demonstram o conjunto de iniciativas que já foram tomadas até o presente momento: o “Frenteira do Iguaçu”, de 16.12.75, transcreve cópia do ofício enviado pelo diretório do então MDB em que “o povo da localidade denominada Barra do Ocoí, próximo a Itacorá, no vizinho município de São Miguel do Iguaçu roga sua pronta e desprendida ação na defesa de seus sagrados e legais direitos. São moradores muito antigos da chamada pelo INCRA, Gleba 84, ... Muitos constituem um grupo indígena guarani... Vários desses índios habitavam originalmente uma área próxima a essa cidade, chamada hoje de Três Lagoas, tendo inclusive recebido proteção especial de Getúlio Vargas. Posteriormente, foram desapossados por grileiros de terras de nossa cidade, tendo-se juntado a seus irmãos, na Barra do Ocoí”.

Em 1976, a própria FUNAI recebeu informes sobre os desmandos que o INCRA realizava na região, queimando casas de colonos, afugentando famílias de índios — que, por vezes, acabaram emigrando para o Paraguai — prendendo, coagindo e dando prazos mínimos para que desocupassem a área. O “Jornal do Brasil”, de 5.1.76, veiculou amplo noticiário sobre o clima de tensão ali existente. Tratados como vagabundos, bugres e outras adjetivações negati-

vas, o jornal se refere a 27 famílias de índios guarani “moradores antigos de uma pequena parte dos 6 mil e 500 alqueires de terra denominada Gleba 84”. Ainda segundo o jornal, nessa ocasião as ameaças cada vez mais explícitas fizeram com que a maior parte das famílias saíssem, permanecendo no Ocoí apenas cinco sob o comando de Nicolau Fernandes, um suposto cacique guarani.

Zona de influência da Itaipu Binacional, área que deverá ser evacuada até 31.12.1981 e alagada com o fechamento das comportas de Itaipu em 82, o projeto PIC-Ocoí objetiva, de início, a transferência de agricultores desapropriados da área do Parque Nacional do Iguaçu por decreto federal desde 1971. Com extensão total de 13.000 alqueires, o Ocoí deverá estar reduzido a apenas 4.500 após a inundação e é evidente que os problemas fundiários abrangem não apenas os guarani que ali permanecem, como colonos transferidos e mesmo ocupantes e posseiros. O fato é que a associação INCRA-FUNAI não solucionou o problema, apenas agravou-o, mesmo com os incessantes apelos veiculados pela imprensa e associações civis.

“O Estado de São Paulo”, de 8.11.78 afirma que “umas 250 famílias indígenas da tribo dos chiripá-guarani perambulam desesperadas ao longo do rio Paraná e da fronteira seca entre o Brasil e o Paraguai”. Embora a estimativa numérica possa ser considerada exagerada, o jornal afirma ainda que antropólogos contratados pela Itaipu, empenhados na defesa dos interesses indígenas “pediram a delimitação, o mais breve possível, de área fora das terras a serem inundadas, mas dentro do habitat natural dos chiripá-guarani”. O fato — reitera o jornal — é que a Itaipu Binacional “agirá com os índios da mesma forma que com os posseiros das áreas a serem inundadas pela barragem em abril de 1982. Quem tiver documentos de propriedade de terras será indenizado em primeiro lugar; depois, os que possuem somente títulos provisórios, por estarem pagando as terras; e finalmente posseiros e ocupantes diversos. Nesta última condição é que estão os índios”.

Aliás, a própria Itaipu respondeu em março do corrente ano a um conjunto de reivindicações feitas por Comissão de cinco membros, representativa da Assembléia dos Agricultores Expropriados, sobre um conjunto amplo de problemas que abrange desde reajustes dos preços das indenizações, definições de reserva de 200 lotes no Estado do Acre para os expropriados, até o problema dos guarani. No item 6 — Índios — afirma simplesmente que “a Itaipu ofereceu à FUNAI outra área, consistente de uma ilha a ser formada no Reservatório, para reassentamento de 11 famílias ocupantes das terras do Ocoí” (18).

Em 24 de março, o “Estado de São Paulo” noticia ainda que três representantes das treze famílias guarani de Barra do Ocoí reuniram-se com a delegacia regional da FUNAI, ANAI, CIMI e Comissão de Justiça e Paz, explicando que “desejam outras terras em troca da área a ser inundada e rejeitaram de imediato a idéia de serem transferidos para outra reserva”. Transferências, aliás, já haviam sido efetivadas em 1979 para Rio das Cobras, habitado por Mbyá-Guarani, mas algumas famílias retornaram ao Ocoí, fato que talvez evidencie a impossibilidade de convivência efetiva de subgrupos étnicos diferentes, ainda que pertencentes à mesma nação.

Ainda em março, o CIMI-Sul procedeu a levantamento da área, revelando a existência de 13 famílias, número esse que deve ser subestimado, dada a constante fuga de outras famílias e mesmo de solteiros para o Paraguai e as famílias transferidas compulsoriamente para Rio das Cobras. Afirma o relatório do CIMI que “em conversa com o Delegado Regional da FUNAI, Dr. Harry Telles, no entanto, os representantes dos guarani em Ocoí falaram de setenta famílias entre as que estão no Paraguai, Rio das Cobras e fazendas da região”. (19) Outra informação do mesmo grupo é que já chegaram a constituir população em torno de 150 pessoas no Ocoí, mas isso antes das arbitrariedades praticadas pelo INCRA.

Em julho do corrente ano, o “Foz do Iguaçu” afirmava de modo contundente que “a FUNAI surpreendeu a todos por sua omissão, eis que só tomou conhecimento da existência da reserva através do CIMI, órgão da Igreja”... Mais adiante reiterava que a “Itaipu não revela o menor interesse em que aquela área seja reconhecida como reserva indígena, pois neste caso a Empresa Binacional terá que esperar novo e específico decreto desapropriatório emanado da Presidência da República para poder remover os índios para inundar”. Todo esse material torna evidente que o descaso cerca o tratamento da questão indígena, ainda mais em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento nacional como o caso da Itaipu.

O levantamento etnográfico da área realizado em julho do presente ano procurou reter as características gerais do grupo, tentando perceber as formas básicas pelas quais são garantidas as condições de reprodução social, assim como as modalidades culturais através das quais se exprimem a identidade étnica guarani. Do ponto de vista da população, procedeu-se ao levantamento de nove unidades familiares, geralmente compostas de famílias com, no máximo, 3 a 4 filhos, exceção feita a Francisca Vilhalba, com idade aproximada de 96 anos, que mora só, “Meu marido foi índio morto por branco, meu filho está no Paraguai, mas eu nasci aqui nesta terra. Meus pais e avós também nasce-



ram aqui e estão enterrados lá no cemitério”, afirma ela de modo categórico. Incluindo dois guarani solteiros, as unidades familiares perfazem total de 27 índios. Pelo conjunto das entrevistas realizadas, pode-se inferir que esse total não deve ser entendido em termos absolutos, dadas as “transferências” efetivadas para Rio das Cobras e mesmo as fugas para o Paraguai. Analisando o conjunto das informações coletadas, o total das unidades familiares se amplia para 23, pois nove emigraram para o Paraguai, três se encontram em Rio das Cobras e 2 estão em Santa Teresinha.

De modo geral, todos os índios garantem a reprodução da vida através de ínfimas roças de subsistência onde cultivam seus produtos tradicionais: milho, mandioca, batata e um pouco de feijão. Por vezes, trabalham para fora ganhando de 200 a 300 cruzeiros, por dia, a seco: “Eu trabalho dois ou três dias quando dá, porque preciso comprar sal e açúcar”, afirma Odilon Vilhalba, também guarani. Algumas unidades possuem, além das roças tradicionais, frutas como mamão, laranja e banana para consumo próprio. Pode-se constatar que o trabalho externo não é valorizado nem exercitado de forma regular e as práticas cotidianas se restringem às atividades de subsistência propriamente ditas.

Por paradoxal que possa parecer, quase todos os índios entrevistados já trabalharam para o Nicolau Fernandes, o suposto cacique que, na verdade, imprime medo a todos eles. O fato é que Nicolau nasceu em 1931, filho de Patrícia Fernandes e de pai ignorado, sendo registrado como brasileiro. Afirma ele que disse mesmo que era cacique para fazer “valer os direitos”, já tendo inclusive sido preso: “Me levaram primeiro para S. Miguel e depois para Curitiba, onde fiquei 12 dias, mas depois o deputado Tolentino, de Cascavel, me tirou da prisão e mandou o Incra medir a minha terra que tem mais ou menos 12 alqueires”. O fato é que os guarani se amedrontam cada vez que ouvem falar no nome do Nicolau que, segundo eles, “manda perseguir e bater nos índios”. Esse suposto e falso cacique, pois o líder verdadeiro é o guarani Fernando Martinez, possui ainda uma bodega em que vende mercadorias: salame, banha, erva, açúcar, sal, sabão, cigarro, macarrão são os produtos visíveis. A venda dessas mercadorias expressa mais uma forma de dominação sobre os desvalidos guarani, pois como eles mesmos afirmam “quem não tem dinheiro para pagar, paga com dias de trabalho para o Nicolau”.

Nesse quadro generalizado de exploração, essa pequena comunidade exhibe ainda características marcantes de sua cultura tradicional e isso é bastante visível na preservação da língua indígena, usada em todos os momentos em que isso é possível. Aliás, a preservação da língua expressa um certo estilo muito peculiar aos guarani em seu esforço, talvez deliberado, para preservar a identidade étnica. Nesse sentido, Stefano Varese atribui papel fundamental à defesa lingüística, defesa essa que sempre foi negligenciada pela maioria dos governos latino-americanos. Afirma, Varese, com muito acerto, que “a defesa da língua ... é uma ação política que não cria necessariamente uma reação violenta por parte dos governos. Em cada caso, as táticas serão diferentes. As lutas para reivindicar e obter territórios contínuos e homogêneos, para ganhar uma margem de autonomia administrativa e um mínimo de institucionalização, são todas e cada uma “traduzíveis” a uma linguagem étnico-cultural e lingüística que, no seu uso interno, tem uma maior capacidade de mobilização que a linguagem do dominador”. (20)

Mas é no plano estritamente cultural que essa identidade parece ser — ou pelo menos tentar ser — conscientemente preservada. Nesse sentido, E. Schaden já afirmara nas conclusões dos “Aspectos fundamentais da cultura guarani” que “em consonância com a orientação essencialmente mística da cultura guarani, as atividades de subsistência são nela focalizadas de maneira menos insistente do que os problemas religiosos”. (21) Essa orientação mística aparece reforçada em toda a literatura antropológica, de Baldus a Nimuendaju, reiterando o papel dominante que a ideologia guarani exerce na organização social, como mantenedora de uma etnicidade mesmo que relativa.

Os guarani do Ocoí parecem confirmar esse conjunto de características pela importância que ainda atribuem às representações religiosas, aos lugares reservados aos mortos, às rezas, às danças. Mesmo premiados pelas condições atuais em que se encontram submetidos, procuram exibir além de seus instrumentos religiosos — principalmente o maracá (Mbaraká) e o Takuapu, instrumento de percussão só utilizado por mulheres — cestos (Yruaguê), cachimbos (petyngué) e outros elementos da sua cultura material que não encontram paralelo em outros grupos considerados “integrados”, principalmente os do Sul do País.

Malgrado essas características, por si só atestadoras de sua indianidade, esses índios já foram alcançados pelo emprego facista de indicadores aplicados por pseudo-antropólogos do órgão tutelar, o que foi noticiado pela “Folha de São Paulo” no mês de setembro último. Munidos de um conjunto de itens formais que atestam de forma alguma a historicidade de qualquer grupo indígena deste País, os guarani do Ocoí também receberam o seu diploma de índios. Mas esse diploma foi concedido a apenas cinco, aos quais se pretende outorgar títulos gratuitos, porque índios: Fernando Martinez, com 4 ha; Odilon (Ovilon) Zenite, com 4 ha; João Lopes com 4 ha (encontra-se no Paraguai); Máximo Vilhalba, 5 ha (atualmente em Rio das Cobras); Salécio Rosa, 6 ha (atualmente no Paraguai). Os demais foram sumariamente desclassificados.

Com mais esse ato de vandalismo cultural, fere-se frontalmente a lei 6.001, rompe-se com os direitos



constitucionais, nega-se o exercício da diversidade a um grupo indígena que se configurou como habitante imemorial da área. Urge que o Estado cumpra com suas funções, nos estreitos limites da lei 6.001/73, destinando à comunidade indígena, de acordo com o artigo 20, parágrafo 3.º, "área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas". Que se respeite a história cultural de cada grupo indígena, que se imprima significado positivo à auto-identificação étnica, esses serão os requisitos mínimos, senão indispensáveis, para que as culturas indígenas em seu conjunto possam exercer sua diversidade no corpo da Nação brasileira.

Edgard de Assis Carvalho  
Departamento de Antropologia da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

### Notas

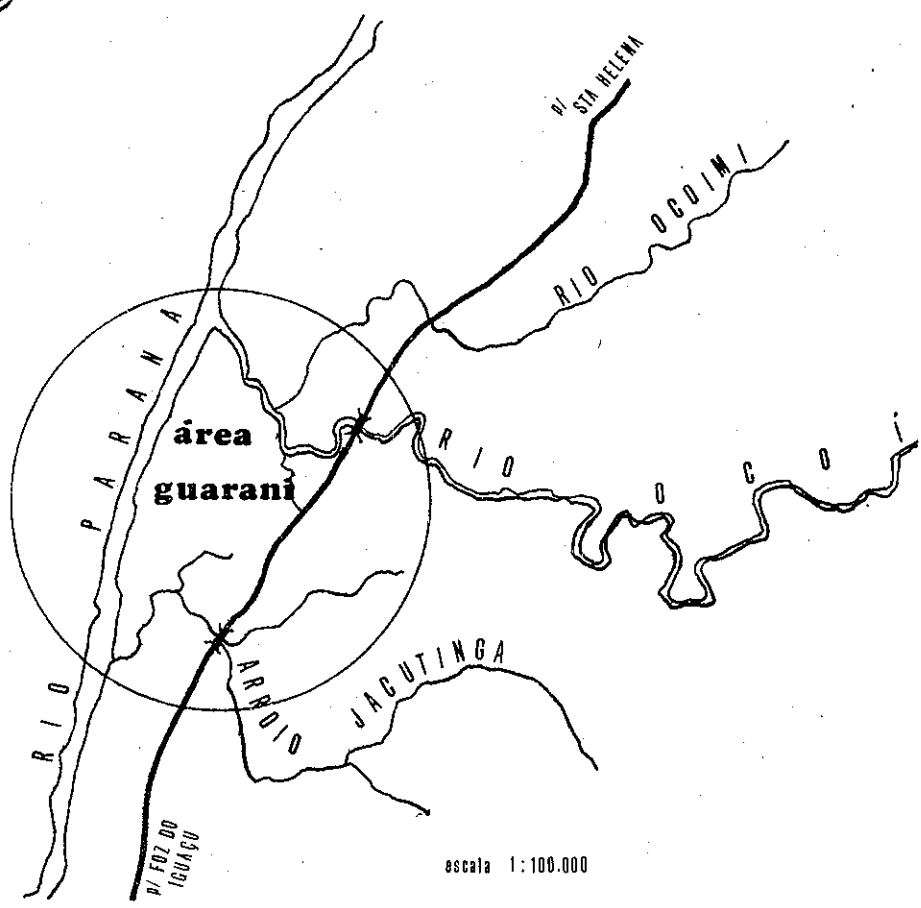
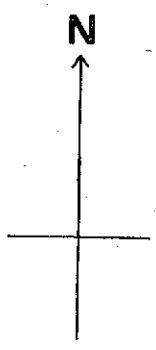
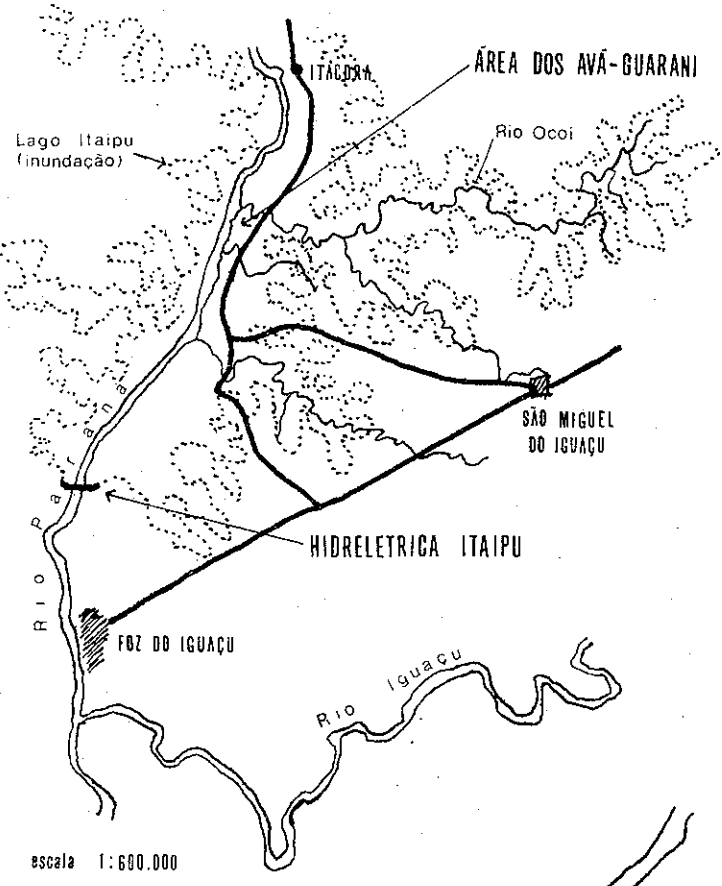
- (1) Hélène Clastres, "Terra sem mal". (Tradução de Renato Janine Ribeiro). SP, Brasiliense, 1978, p. -10.
- (2) Egon Schaden. "Aspectos fundamentais da cultura Guarani". 2a. edição. SP, Difusão Européia do Livro, 1962.
- (3) E. Schaden, op. cit. - capítulo I.
- (4) CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). "Povos Indígenas do Brasil". Aconteceu, Especial 6, abril 81.
- (5) Porantim. Manaus, ano III, n.º 23, outubro 1980.
- (6) H. Clastres. "Terra sem mal", op. cit. - p. -8.
- (7) Branislava Susnik. "Los aborígenes del Paraguay. Etnohistoria de los Guaraníes. Epoca Colonial". Asunción, Museo Etnográfico "Andrés Barbero", 1979-1980, p. -18.
- (8) B. Susnik, op. cit. - p. -37.
- (9) Guillermo Furlong. "Misiones y sus pueblos de Guaraníes". Buenos Aires, 1962, pp. -151/152.
- (10) citação de Furlong, op. cit. - p. -152.
- (11) Clovis Lugon. "A república comunista cristã dos Guaranis". Rio, Paz e Terra, 1968, p. -35.
- (12) Juan B. Ambrosetti. "Los indios Caingá del Alto Parana (Misiones)". Boletín del Instituto Geográfico Argentino, tomo XV, nov. diciembre de 1974, cuadernos XI y XII, p. -663.
- (13) Darcy Ribeiro. "Culturas e línguas indígenas do Brasil". Educação e Ciências Sociais, vol. 2, n.º 6, p. -13.
- (14) Maria Ligia Moura Pires. "Guarani e Kaingang no Paraná". Tese de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNB. Brasília, 1975, p. -37.
- (15) Telemaco Borba. "Actualidade indígena". Curitiba, Imprensa Paranaense, 1908.
- (16) José Maria de Brito. "Descoberta da Foz do Iguassú e Fundação da Colônia Militar". Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Volume XXXII, 1977, pp. -60/62.
- (17) José Maria de Brito, op. cit.
- (18) Itaipu Binacional. Ofício de Paulo José Nogueira da Cunha. 20.3.81, p. -5.
- (19) CIMI-Sul. Relatório de 24.3.1981, p. -2.
- (20) Stefano Varese. "Estratégia étnica e estratégia de classe". Em Antropologia e indigenismo na América Latina. (Carmen Junqueira e Edgard de Assis Carvalho, organizadores). SP, Ed. Cortez, 1981, p. -129.
- (21) E. Schaden, op. cit. - p. -180.

### Bibliografia

- Baldus, H. "Ligeiras notas sobre os índios Guarany do litoral paulista". Revista do Museu Paulista, vol. - XVI. São Paulo, pp.-81/96.
- Baldus, H. "Ensaio de Etnologia Brasileira". SP, Cia. Editora Nacional, 1937.
- Baldus, H. "Breve notícia sobre os Mbyá-Guarani de Guarita". Revista do Museu Paulista, ns. vol. -IV, pp.-479/488. São Paulo.
- Borba, Telemaco. "Actualidade Indígena". Curitiba, Imprensa Paranaense, 1908.
- Chmyz, Igor. (coordenador). "Relatório das Pesquisas realizadas na área de Itaipu. Projeto Arqueológico Itaipu. Convênio Itaipu-IPHAN". Curitiba, 1976/1979. volumes 1 a 4.
- Helm, Cecília M. Vieira. "A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingang".
- Martins, Romário. "História do Paraná". Curitiba, Ed. Guaíra, 1932.
- Paraná, Sebastião. "Chorographia do Paraná". Curitiba, 1899.
- Metraux, A. "The Guarani". Handbook of South American Indians. Julian H. Steward. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, vol -3, pp. -69/94. Washington.
- Moreira Neto, Carlos de Araújo. "Alguns dados para a história recente dos índios Kaingang" in La situación del indígena en la América del Sur. Montevideo, Tierra Nueva, Biblioteca Científica, 1971.
- Ninuenadaju, Curt. "Apontamentos sobre os Guarani". Revista do Museu Paulista, ns. vol.-VIII. São Paulo, pp.-9/57.
- Ribeiro, Darcy, "Os índios e a civilização". Rio, Civilização Brasileira, 1970.
- Gay, João Pedro. "História da República Jesuítica do Paraguai desde o descobrimento do rio da Prata até nossos dias, ano de 1861." Rio, Imprensa Nacional, 1942.
- Cardozo, Efraim. "Historiografía Paraguaya: Paraguay indígena español e jesuítas". Mexico, 1959.
- Gadelha, Regina Maria A. F. "As Missões Jesuíticas do Itatim". Rio, Paz e Terra, 1980.
- Degregori, Carlos Ivan. e outros. "Indigenismo, clases sociales y problema nacional". Lima, CELATS, s/d
- Bastos, Augusto Roa, organizador. "La culturas condenadas". Mexico, Siglo XXI, 1978.
- Furlong, Guillermo. "Cartografía jesuítica del río de la Plata". Buenos Aires, 1936.
- Meliá, Bartolomeu. "Aportes para una recopilación de textos de los Chiripá". Suplemento Antropológico VII, 1-2, pp.-75/84. Assunción.
- Susnik, Branislava. "Dispersión tupi-guarani: ensaio analítico". Asunción, Museo Etnográfico "Andrés Barbero". 1975.

A pesquisa bibliográfica contou com a colaboração de  
Gisele Jacón de Araújo Moreira.

# AVÁ-GUARANI DO OCOÍ-JACUTINGA



desenho:  
Wilmar  
1981



Fotos de Julho de 1981



GRUPO GUARANI DO OCOÍ (PR): um rito de cura, com o  
petyngua



GRUPO GUARANI DO OCOÍ  
(PR)

Kamba'i Fernando Martinez,  
mostra o cesto (yruaguê) e o  
milho branco (avati moroti)



GRUPO GUARANI DO OCOÍ (PR)

crianças Guarani

fotos de Julho/1981





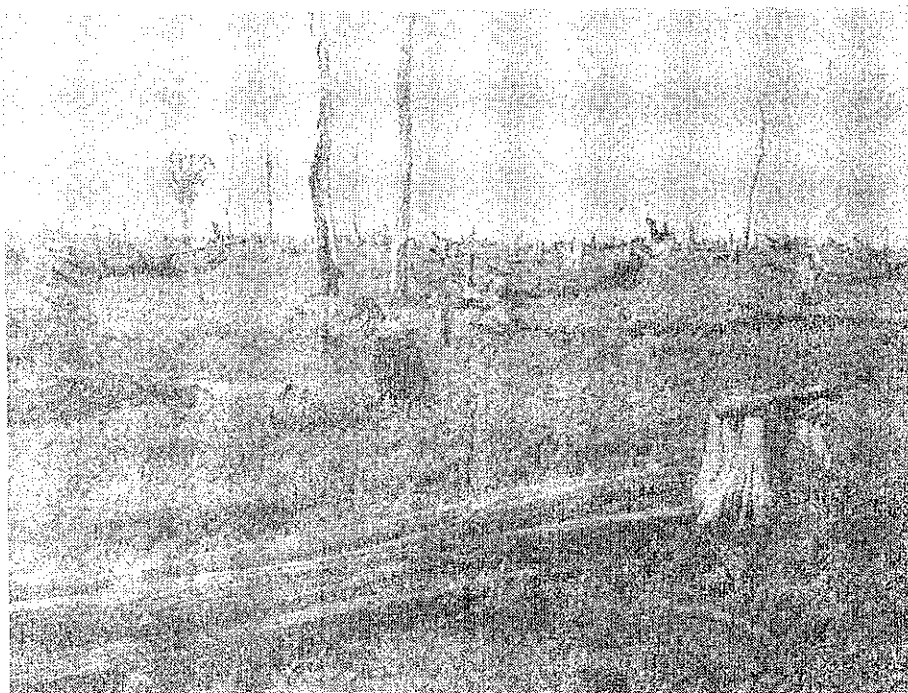


GRUPO GUARANI DO OCOÍ

(foto ao lado)

pés de mamão, goiaba, banana  
e laranja atestam a posse indí-  
gena

GRUPO GUARANI DO OCOÍ (PR) (foto abaixo): terra dos  
Guarani, hoje ocupada por arrendatário de Nicolau Fernandes



E R R A T A (Avá-Guarani do Ocoí-Jacutinga. E,A.Carvalho,1981)

- Todas as vezes em que se imprimiu "guarani" leia-se "Guarani", exceto nas citações de outros autores e publicações.
- Pg 4, 3º e 4º parágrafo = "En" ..... leia-se "Em"
- Pg 5, 5º parágrafo= "Missionses" ..... leia-se "Misiones"
- Pg 5, 8º parágrafo= "guaranis" ..... leia-se "Guarani"
- Pg 6, 6º parágrafo= "ocasionaran" ..... leia-se "ocasionaram"
- Pg 7, 3º parágrafo= "idenfitica" ..... leia-se "identifica"
- Pg 8, 7º parágrafo= " o 'Foz do Iguaçu' " .... leia-se " o 'Nosso Tempo', de  
Foz do Iguaçu"
- Pg 8, 8º parágrafo= "exprimem" ..... leia-se "exprime"
- Pg 9, 7º parágrafo= "facista" ..... leia-se "fascista"



## Fatos posteriores

Em 26 de fevereiro a Itaipu encaminha à FUNAI uma contra-proposta aos Guaranis: uma área de 121 ha., próximo de uma reserva ecológica e da atual área ocupada pela comunidade.

Em 22 de março os Guaranis enviam carta à FUNAI, respondendo a oferta: mostram-se insatisfeitos especialmente no tocante a extensão da área - pouco propícia ao cultivo de roça, ao modo pelo qual o grupo se organiza habitacionalmente e a formação de cemitério - ao mesmo tempo em que solicitam a responsabilidade da FUNAI na defesa dos seus direitos.

Curitiba, 16 de fevereiro de 1982

Prezados Amigos

Estamos enviando à V. Sa. um laudo antropológico do grupo indígena Guarani, que habita as imediações do Rio Dcoí-PR. O laudo foi realizado por Edgar de Assis Carvalho, antropólogo designado pela Associação Brasileira de Antropologia - ABA -, para que cientificamente desse um parecer sobre esse grupo indígena. Os Guaranis têm prazo de poucos meses para deixarem as terras em que vivem, pois essas terras sofrerão as inundações causadas pela Hidroelétrica Itaipu; até o momento, não foram apresentados ao grupo (nem por parte da Fundação Nacional de Apoio ao Índio - FUNAI - e nem por parte da Itaipu), alternativas territoriais de acordo com seus direitos, com o seu modo de vida e sua cultura.

O trabalho anexo é de fundamental importância, realizado num momento em que a FUNAI inicialmente alega desconhecer o grupo indígena, posteriormente, a mesma Fundação reconheceu como índios apenas parte do grupo, excluindo alguns elementos. Os fatos têm se dado do seguinte modo:

#### 1. A VISITA DOS ÍNDIOS AO DELEGADO REGIONAL

Em março de 1980, três representantes indígenas daquela comunidade, acompanhados pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz - C.P. J. P., pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI - e esta associação - ANAÍ -, reuniram-se com o delegado regional da FUNAI, Dr. Harry Luiz Avila Teles, em Curitiba, no sentido de reivindicarem os seus direitos de receberem outras terras em iguais condições (qualidade e proporção) e em local próximo onde encontram-se atualmente, conforme determina a Lei nº 6001.

- o delegado regional alegou desconhecimento de tal grupo, dizendo que enviaria um antropólogo à região, afim de reconhecimento, como de fato o fez.
- nesta mesma visita, o delegado propôs a remoção do grupo para uma outra área indígena já ocupada por índios, em troca de uma indenização por suas terras.
- os índios, conscientes de seus direitos e necessidades, revidaram de imediato tal proposta, (não se resolve problemas de terras indígenas confinando grupos indígenas numa mesma área, isso seria negar-lhes definitivamente a condição de reprodução populacional)
- o tal reconhecimento do grupo pelo antropólogo da FUNAI, foi rea

lizado pelo profissional Célio Horst que utilizou critérios de indianidade instituídos pela Fundação a que servia. (tais critérios são condenados pela Associação Brasileira de Antropologia-ABA, que os considera "acientíficos, absurdos e racistas"). - o resultado do trabalho de Célio Horst reconhece como indígenas apenas o número de seis famílias, excluindo três famílias que também vivem na área e desconsiderando totalmente algumas famílias que por questão de irregularidade territorial, foram obrigadas a se transferirem para Rio das Cobras e para o Paraguai.

## 2. A VISITA DOS INDIOS AO PRESIDENTE DA FUNAI

No dia 14 de dezembro de 1981, os Guaranis do Ucoí dão seu segundo passo frente a Fundação responsável pela sua defesa e que tem sido omissa. Os Guaranis, acompanhados pelo CIMI e a CPJP., reúnem-se em Brasília com o presidente da FUNAI, Coronel Paulo Moreira Leal, no sentido de solicitar uma vez mais a solução imediata dos seus problemas.

- durante o encontro a preocupação básica da FUNAI foi tentar solucionar o problema da terra com base no número de famílias do grupo, cabendo a cada família uma determinada quantidade de terra (esse órgão não tentou reconhecer os direitos do grupo enquanto comunidade, mas sim tentou reconhecer o direito à terra de modo individualizado e particular).

- a Fundação, através do seu Procurador Geral, prometeu que no prazo de trinta dias apresentaria "uma solução pelo menos teórica".

## 3. A PROPOSTA DA ITAIPU

Nesse meio tempo, durante o prazo de trinta dias, a Binacional Itaipu ofereceu, como solução ao caso, uma área de 100ha., dos quais 80 localizam-se em faixa de segurança do lago, isenta de desmatamento e sujeita a inundações; os outros 20ha. restantes, são terras agricultáveis. Tal área é pouco propícia à cultura indígena e de menor proporção que a área que os Guaranis ocupam atualmente, além de que, tudo indica ser juridicamente pouco favorável aos índios pelo fato de grande parte localizar-se em faixa de segurança.

## 4. VENCIMENTO DO PRAZO DE TRINTA DIAS

No dia 14 de janeiro de 1982, o presidente da FUNAI, por contato telefônico, mostrou-se indiferente à questão dizendo que possi-

---

O fato da FUNAI não reconhecer a todo o grupo como indígena, automaticamente exclui aos não reconhecidos o direito sobre a terra, condição básica de sobrevivência física e cultural dos povos indígenas.



velmente aceitaria a proposta dada pela Itaipu, não mencionando a necessidade dos índios (interessados) serem consultados.

No dia 5 do próximo mês, os Guaranis depois de visitarem a área que está sendo of recida, enviam uma carta à FUNAI e à Itaipu recusando a oferta, por razões muito simples e coerentes: "Essa terra de Santa Helena nós não vamos querer, nem outra terra desse jeito. Não gostamos terra sem mato, e não pode ser pequena. O Guarani está com pressa, por que o tempo de fazer roça vem vindo, e a Itaipu está mandando sair no fim de Abril, e não queremos sair sem outro lugar".

Nesse momento, é importante que diversos setores da nossa sociedade, que têm sensibilidade para com a questão indígena no Brasil, divulguem, denunciem e protestem em favor dos Guaranis do Ocoí. Existe um grupo de advogados renomados que estuda mecanismos de defesa jurídica aos direitos do grupo. O CIMI, a C.P.J.P. e a ANAÍ, têm dado seu apoio não somente ao nível jurídico; essas entidades participam dos fatos, pressionando, exigindo, protestando e denunciando.

Agradecemos à V. Sa. toda atenção que for dada ao caso e colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente

ANAÍ - Curitiba

PELA DELARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS.  
PELA AUTO DETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS COM CONTROLE DO SEU  
PROCESSO PRODUTIVO.

